



DADOS DO TRABALHO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 264

TÍTULO

Plataforma Ressocializar pelo Emprego

ÓRGÃO/ENTIDADE EXECUTOR(A)

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

CATEGORIA

Ideias Inovadoras Implementáveis

TEMÁTICA GERAL

ÁREA TEMÁTICA ESPECÍFICA

Segurança Pública

RESUMO

Um grande número de detentos tem liberdade concedida e não possuem devida reinserção profissional. Seja porque o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) só possui 11 unidades localizadas, majoritariamente, na RMBH, e os próprios egressos que se dirigem voluntariamente a elas; ou porquê os projetos de intermediação de mão de obra não acompanham a especificidade desse grupo; é que se faz necessário um sistema que cruze informações já existentes nas bases de dados do sistema prisional (e que são preenchidas nas entrevistas, constando dados de escolaridade, cursos, histórico profissional, etc.), de demanda de mão de obra do mercado, como acompanhado pela SEDESE, e especialmente das empresas que já contratam mão de obra carcerária. Assim as



empresas fazem o cadastro com base em suas necessidades, outras informações são fornecidas pelo SINE e o sistema de ressociação emite uma lista de espera. Isso melhora dados de desemprego e diminui reincidência.

CANVAS DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

INSUMOS	O QUE? POR QUE?	FATORES IMPORTANTES
RECURSO NECESSÁRIOS	DESAFIO/PROBLEMA	PÚBLICO-ALVO
Desenvolvimento da plataforma (site) pela PRODEMGE	Oferta de emprego para egressos do sistema prisional	Egressos do sistema prisional de Minas Gerais
Instituição de ensino para curso de capacitação profissional	Falta de compartilhamento de informações	
Hospedagem de Sistema	Reincidência criminal por falta de emprego	
PARCERIAS	IDEIA/INICIATIVA	RISCOS E INCERTEZAS
Órgãos estaduais voltados à promoção de emprego	Sistema integrado de dados de egressos e demanda de mercado	Baixa adesão por parte das empresas privadas
Empresas privadas	Informações de detentos, SINE e empresas	Sub-registro dos dados dos egressos
Sistema S e/ou instituições de ensino	capacitação de acordo com demanda de mercado	Baixo interesse das parcerias do setor público (SEDESE)
	Sinergia entre SEJUSP, SEDESE e iniciativa privada	Preconceito das empresas privadas com o público-alvo
ANÁLISE FINANCEIRA	VALOR GERADO	ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO
Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN	Diminuição dos índices de criminalidade	Unidades prisionais com o corpo técnico completo
Hospedagem de Sistemas em Ambiente Dedicado ? R\$3.426,37/mês	Diminuição da reincidência prisional	Municípios onde o PrEsp atue
Acesso a solução de BI ? R\$ 416,00/mês	Melhora nos índices de desemprego	Empresas parceiras que já empregam mão de obra carcerária
Planejamento de soluções em TIC ? R\$49.200,00/produto	Melhora da escolaridade do público-alvo	Análise das demandas cadastradas e perfil do público
Curso de capacitação profissional ? R\$ 32.000/turma	Compartilhamento de informações entre diferentes órgãos	Perfil de vagas preenchidas pelos egressos

DETALHAMENTO DA IDEIA/INICIATIVA

O QUE? POR QUE?

DESAFIO/PROBLEMA

Todo ano, entre 15 e 30 mil detentos têm sua liberdade concedida no Estado, e ter devida oferta de emprego para essas pessoas é um gargalo.

O preconceito atrelado à falta de conhecimento das empresas privadas faz com que o egresso do sistema prisional tenha dificuldade de buscar vagas de emprego. Pois mesmo que haja egressos com capacitações específicas ou formação em determinada área de atuação, e as empresas tenham demanda por pessoas com aquele perfil, há desconhecimento por parte da iniciativa privada quanto àquelas pessoas.

Para além disso o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) não consegue fazer devido acompanhamento dos egressos, seja pelo baixo número de unidades existentes ou pelo objetivo já atuação dessa área, que foca no acompanhamento psicossocial. Enquanto que a SEDESE não possui qualquer programa de intermediação de mão de obra ou acompanhamento para o mercado de trabalho que tenha como foco esse público.

A lacuna deixada pelas políticas públicas influencia no aumento da criminalidade e na reincidência prisional.



IDEIA/INICIATIVA

A Plataforma Ressocializar pelo Emprego trata-se de um sistema que irá cruzar informações já existentes nas bases de dados do sistema prisional de Minas Gerais, outras fornecidas pelo SINE e demais bases da SEDESE e pelo cadastro de empresas privadas.

Apesar de as Secretarias possuírem diversos dados captados e utilizados internamente, por vezes as informações não são compartilhadas ou tratadas em conjunto pelas pastas. Deste modo, a Plataforma Ressocializar pelo Emprego vai utilizar os dados dos detentos existentes no Sigpri - que hoje já são preenchidos pelas unidades prisionais durante as entrevistas de classificação e que contém informações como escolaridade, cursos e histórico profissional dos indivíduos; dados existentes no Sistema Nacional de Emprego (Sine); dados de levantamentos feitos pela SEDESE relativos à demanda de mão de obra; e informações fornecidas por empresas, sejam elas já parceiras do Estado na contratação de mão de obra carcerária (uma vez que Minas Gerais é um dos Estados do país que possui maior número de empresas parceiras e presos trabalhando) sejam demais interessadas.

A ideia visa orientar egressos do sistema prisional sobre a reintegração no mercado de trabalho buscando proporcionar apoio na busca de emprego. Como extensão desse projeto, objetiva-se também ter dados sobre demandas de perfil de mão de obra e, com isso, qualificar através de cursos de profissionalização para atender às demandas existentes no mercado.

ESTUDOS PRELIMINARES

GRAU DE NOVIDADE

Essa ideia não foi implantada em nenhum outro órgão ou instituição do Governo de Minas Gerais, uma vez que se trata de uma plataforma que conta com informações e sinergia da SEJUSP, da SEDESE e de empresas privadas para um público-alvo específico.

Até o momento não há iniciativa igual a esta em nenhum outro ente governamental ou proporcionada pela iniciativa privada.

VALOR GERADO

Com a inserção dos egressos no mercado de trabalho há menores chances de reincidência, diminuindo, assim, os índices de criminalidade e de reentrada no sistema prisional.

Além de uma melhora nos índices de desemprego, com a extensão do projeto para possibilidade de fornecer capacitação profissional tendo em vista a demanda de mercado, também é possível vislumbrar melhora na escolaridade do público atendido.

Outro benefício obtido trata da aproximação e do compartilhamento de informações entre diferentes órgãos do Estado, que possuem dados hoje tratados isoladamente e nenhuma ação ou política conjunta.



FATORES IMPORTANTES

PÚBLICO ALVO

Tem-se como público-alvo desse projeto os egressos do sistema prisional de Minas Gerais.

RISCOS E INCERTEZAS

O preconceito atrelado à falta de conhecimento das empresas privadas faz com que o egresso do sistema prisional tenha dificuldade de buscar vagas de emprego. Pois mesmo que haja egressos com capacitações específicas ou formação em determinada área de atuação, e as empresas tenham demanda por pessoas com aquele perfil, há desconhecimento e receio por parte da iniciativa privada quanto a contratar aquelas pessoas. Assim, poucas empresas podem aderir ao projeto. Contudo, considerando que Minas Gerais é um dos Estados que mais possui empresas que empregam mão de obra carcerária, iniciar a implantação do Projeto a partir desse grupo, que conta com empresas de pequeno e grande porte e diferentes ramos, é um incentivador para a divulgação e adesão de outras empresas no mercado.

Há também a incerteza de a SEDESE integrar a parceria, uma vez que não há área específica naquela secretaria que trate especificamente do público-alvo ou políticas que os envolvam. Porém, considerando que se trata de um grupo marginalizado, que a SEDESE desenvolve algumas ações junto a detentos e egressos e que a ideia necessitará mais das informações contidas nos bancos de dados do que da alocação de mão de obra ou uma política específica, é possível que o trabalho seja desenvolvido sem muito despendimento dos recursos dessa pasta.

Por fim, mesmo sabendo que as unidades prisionais devem alimentar o Sistema Integrado de Gestão Prisional (Sigpri) com dados dos detentos durante as entrevistas de classificação, atualizando informações de escolaridade, de trabalho e psicossociais, entende-se que, devido à escassez de técnicos de algumas áreas em muitas unidades prisionais, as informações podem se encontrar defasadas ou desatualizadas quando da liberdade daquele indivíduo. Com esse sub-registro o projeto pode não corresponder ao seu objetivo principal. Mas, por se tratar de uma obrigação da área técnica das unidades e considerando que hoje todas as unidades já inserem no sigpri as informações das entrevistas, caberá ao DEPEN apenas uma orientação de que os técnicos atualizem os dados daqueles detentos que estão próximos do cumprimento de pena.

ESTRATÉGIA DE APRIMORAMENTO E MULTIPLICAÇÃO

O projeto deve se iniciar em uma região do Estado de Minas Gerais, junto a egressos das unidades prisionais daquela região, para só então poder ser expandido. O ideal é que se inicie junto a unidades com o corpo técnico completo para devido lançamento das informações; em municípios onde o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) atue e junto a empresas já parceiras do Estado no emprego de mão de obra carcerária.

A partir daí a expansão se dará para outras unidades prisionais em outros municípios e regiões do Estado e junto às empresas dessas localidades.

Quanto ao aprimoramento, a ferramenta deve ser constantemente avaliada, sendo possível inserir novas informações de demanda e oferta dos postos de emprego e novos filtros de busca de acordo com a necessidade.



A mensuração dos resultados se dará observando o seguinte:

- i) Quantos egressos foram cadastrados no sistema ao longo do tempo e se o número está próximo ao número de detentos com liberdade concedida na unidade prisional no período;
- ii) Se o número de empresas cadastradas é crescente, em quais localidades elas estão e com qual frequência atualizam as demandas de mão de obra;
- iii) Quais os ramos das empresas cadastradas e das ofertas informadas através do SINE e qual tipo de mão de obra mais demandada;
- iv) Qual proporção de oferta de vagas é preenchida pelos egressos.

Como forma de aprimorar pode-se também utilizar os dados relacionados para saber a necessidade de oferta de cursos de capacitação profissional para um tipo de mão de obra específico para atender a demanda.

INSUMOS

RECURSOS NECESSÁRIOS

RECURSOS HUMANOS

A princípio será necessária a contratação de empresa de tecnologia para o desenvolvimento da plataforma, neste caso a PRDEMGE, caso seja optada pela terceirização do serviço.

Considerando a expansão da ideia, e tendo os dados de demandas de mão de obra, com a possibilidade de oferta de cursos de capacitação profissional poder-se-á optar pela contratação do serviço através do Sistema S ou de instituições de ensino do Estado.

INFRA-ESTRUTURA

Site, ambiente Seguro (SSL), segmentação de acesso, Servidores Virtuais e Hospedagem virtualizada realizada pela Prodemge.

Num segundo momento, caso da expansão e necessidade de atender demandas específicas de empresas ou ofertar cursos com alta demanda nas regiões, seriam necessários espaços para capacitação (salas de aula) e materiais para os cursos.

ANÁLISE FINANCEIRA

CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO/MANUTENÇÃO

Planejamento de soluções em TIC (R\$ 246,00/hora) R\$49.200,00/produto



Hospedagem de Sistemas em Ambiente Dedicado R\$ 3.426,37/mês
Acesso a solução de BI R\$ 416,00/mês
Curso de capacitação profissional (turma de 20 alunos) R\$ 32.000/turma

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN (Lei Complementar nº 79/1994).

Art. 3º Os recursos do FUNPEN serão aplicados em: [...] II - manutenção dos serviços e realização de investimentos penitenciários, inclusive em informação e segurança.

Desenvolvimento do site 1 un. - R\$49.200,00/produto

Hospedagem de Sistemas em Ambiente Dedicado 1 un. - R\$ 3.426,37/mês = R\$ 41.116,44/ano

Acesso a solução de BI 1 un. - R\$ 416,00/mês = R\$ R\$ 4.992,00/ano

Curso de capacitação profissional - 6 turmas de 20 alunos por ano R\$ 32.000/turma = R\$ 192.000,00/ano

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN (Lei Complementar nº 79/1994).

Art. 3º Os recursos do FUNPEN serão aplicados em: [...] II - manutenção dos serviços e realização de investimentos penitenciários, inclusive em informação e segurança.

Desenvolvimento do site 1 un. - R\$49.200,00/produto

Hospedagem de Sistemas em Ambiente Dedicado 1 un. - R\$ 3.426,37/mês = R\$ 41.116,44/ano

Acesso a solução de BI 1 un. - R\$ 416,00/mês = R\$ R\$ 4.992,00/ano

Curso de capacitação profissional - 6 turmas de 20 alunos por ano R\$ 32.000/turma = R\$ 192.000,00/ano

PARCERIAS

SEDESE: por meio do programa de intermediação de mão de obra, trabalho e emprego; na prestação de informações de mercado; pelos dados do SINE para devido cadastro e cruzamento de informações de demanda e oferta de vagas e, caso necessário, das estruturas regionais para fornecimento de espaço físico para os cursos de capacitação profissional, além da divulgação da plataforma.

SEJUSP: atuação do PrESP para um melhor acompanhamento dos presos que estão próximos ao cumprimento da pena para que seja possível orientá-los e acompanhá-los no processo de ressocialização através do trabalho, inserindo atualizações dos indivíduos cadastrados no sistema. Orientação e treinamento dos servidores das unidades prisionais



para devido lançamento e atualização das informações dos detentos. Da atuação da Diretoria de Trabalho e Produção para divulgar e ampliar a adesão de empresas parceiras.

Empresas privadas que já possuem parceria com o sistema prisional e empresas que possuem demanda por mão de obra compatível com a ofertada.

SEDE: divulgação da plataforma.

Sistema S ou instituições de ensino estaduais: para oferta de cursos de capacitação profissional de acordo com a demanda de mercado.

ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO

- 1) Reuniões entre as pastas envolvidas (SEJUSP e SEDESE): levantamento dos sistemas utilizados e as informações existentes nas bases de dados de cada órgão.
- 2) Reuniões com a PRODEMGE para desenvolvimento do sistema: necessidades, informações que devem conter na plataforma, layout, etc.
- 3) Desenvolvimento do site: Desenvolvimento do site, apresentação da plataforma pela PRODEMGE e período de testes da primeira versão.
- 4) Entrega da versão final do site
- 5) Capacitação das equipes: orientação dos técnicos que fazem os lançamentos dos dados do SIGPRI; dos servidores da Diretoria de Trabalho e Produção para orientação dos parceiros privados; treinamento dos servidores sobre a plataforma.
- 6) Divulgação da plataforma junto aos órgãos e empresas privadas.
- 7) Acompanhamento dos dados e resultados para entender as demandas de mão de obra e traçar planos de atuação: ação constante.
- 8) Cursos de capacitação profissional com base na demanda de mercado: oferta junto a instituições de ensino

CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO	INICIO	TÉRMINO	STATUS	ENTREGA
Reunião entre as pastas envolvidas (SEJUSP e SEDESE)	2023-01-16	2023-01-30	A iniciar	levantamento dos dados de cada órgão
Alinhamento com a PRODEMGE para desenvolvimento do sistema	2023-02-01	2023-03-15	A iniciar	Desenho do site pronto e apresentação de proposta
Desenvolvimento do site	2023-03-20	2023-06-02	A iniciar	Apresentação da primeira versão para testes e alterações
Entrega da versão final do site	2023-06-05	2023-06-30	A iniciar	Site em funcionamento
Capacitação de servidores	2023-06-05	2023-06-30	A iniciar	Servidores treinados, com compreensão do site
Divulgação da plataforma	2023-07-03	2022-09-30	A iniciar	Empresas parceiras cadastradas no site
Acompanhamento dos dados para planejamento de ações	2023-08-01	2024-12-31	A iniciar	Emissão e análise de relatórios e tratamento dos dados
Cursos de profissionalização com base na demanda de mercado	2023-10-02	2024-12-01	A iniciar	Cursos ministrados por instituição de ensino do Estado